

Resumo da Revisão Ambiental e Social (RRAS ou ESRS) Smart Hospital PPP Renovation of Rio de Janeiro's Public Hospital -Brazil

Idioma original do documento: Português
Data de emissão: Março de 2025

1. Informações gerais sobre o projeto e o escopo da Revisão Ambiental e Social do BID Invest

O Hospital Municipal Souza Aguiar (“HMSA”) está localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro, Brasil, sendo um dos principais hospitais públicos do município. Inaugurado em 1907, o hospital é conhecido por sua relevância no atendimento de urgência e emergência, sendo referência em traumas e acidentes graves. Possui capacidade para centenas de atendimentos diários, especialmente em casos de emergência médica, cirúrgica e ortopédica. Além disso, o HMSA conta com uma Unidade de Tratamento Intensivo (“UTI”), pronto-socorro, ambulatorios e diversos serviços especializados. Sua importância no sistema de saúde pública do Rio de Janeiro faz com que atenda tanto à população local quanto a casos de grande complexidade de toda a região.

Como parte de um esforço para modernizar e melhorar a gestão e os serviços do hospital, a prefeitura da cidade estruturou uma Parceria Público-Privada (“PPP”) para trazer eficiência e qualidade ao atendimento, contando com o setor privado para auxiliar na administração da estrutura física e de equipamentos da unidade, e a equipe médica e de enfermeiros vinculada à administração municipal, com manutenção do acesso gratuito à população. A PPP inclui investimentos em infraestrutura, modernização de equipamentos e melhorias na gestão hospitalar.

A operação proposta (o “Projeto”) consiste no financiamento para a empresa ganhadora da licitação, denominada Smart Hospital (a “Empresa” ou o “Cliente”). A reforma e operação do hospital irá abranger todas as unidades existentes (o “Complexo Hospitalar”), o que inclui o prédio principal, a central de utilidades, a ala de emergência, a maternidade, entre outros, além da construção de um novo edifício garagem no local.

O processo de Devida Diligência Ambiental e Social (“DDAS”) abrangeu uma visita técnica e entrevistas com diversos representantes da Empresa, além da revisão das informações ambientais, sociais e de saúde e segurança pertinentes fornecidas pelo Cliente, abrangendo principalmente: i) o sistema de gestão ambiental e social; ii) a política de recursos humanos e práticas de saúde e segurança adotadas; iii) os aspectos arquitetônicos e construtivos para a reforma do hospital; e iv) os procedimentos relativos à gestão de resíduos hospitalares, prevenção e combate a incêndio, resposta à emergência, entre outros, conforme requerimentos da legislação brasileira e boas práticas internacionais.

Durante o processo de DDAS, os seguintes documentos foram revisados para avaliar o compromisso do Projeto com os direitos humanos e sua política de tolerância zero para represálias: Código de Ética, Política de Desenvolvimento Pessoal e Política de Equidade de Gênero e Respeito à Diversidade. Esses documentos descrevem as políticas e procedimentos do Projeto voltados para a

proteção dos direitos humanos e a garantia de um ambiente seguro para que as partes interessadas possam expressar suas preocupações sem medo de retaliação.

2. Classificação ambiental e social e justificativa

Em conformidade com a Política de Sustentabilidade Ambiental e Social do BID Invest (“PSAS”), o Projeto foi classificado na Categoria B pois apresenta riscos e impactos de baixa a média intensidade, os quais podem ser mitigados por meio de medidas disponíveis e de implementação viável no contexto da operação proposta. Os principais riscos e impactos identificados incluem: i) riscos de saúde e segurança ocupacional aos trabalhadores próprios e terceirizados; ii) a geração de resíduos sólidos, incluindo resíduos hospitalares e perigosos em geral; iii) o aumento do tráfego de veículos em áreas próximas ao Projeto; e iv) riscos de incêndio e outras emergências, agravado pela presença de pessoas em cuidados hospitalares ou com mobilidade reduzida.

Os Padrões de Desempenho (“PD”) aplicáveis ao Projeto são: PD1: Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais; PD2: Condições de Emprego e Trabalho; PD3: Eficiência de Recursos e Prevenção da Poluição; e PD4: Saúde e Segurança da Comunidade.

3. Contexto ambiental e social

3.1 Características gerais do local do projeto

O HMSA está localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro, uma das áreas mais movimentadas e estratégicas da cidade. Situado na Praça da República, nº 111, o hospital está próximo a importantes vias de acesso, como a Avenida Presidente Vargas e a Avenida Rio Branco.

O HMSA foi originalmente projetado para ser um hospital geral e de emergência. Ao longo dos anos, se consolidou como um dos maiores e mais importantes hospitais públicos do Rio de Janeiro, especialmente no atendimento de urgências e emergências médicas, sendo uma referência na região. Devido à sua localização central, o hospital é facilmente acessível por várias linhas de transporte público, incluindo metrô, trem e ônibus, o que facilita o atendimento de pacientes de diferentes partes da cidade e da região metropolitana.

A vizinhança do hospital é predominantemente comercial e institucional, com muitos escritórios, prédios públicos e estabelecimentos de serviços. Nos arredores, encontram-se também alguns pontos turísticos e culturais, como os Arcos da Lapa e o Theatro Municipal. No entanto, a região também enfrenta desafios urbanos, como o alto fluxo de trânsito e a presença de áreas de vulnerabilidade social, que aumentam a demanda pelos serviços de emergência do hospital.

3.2 Riscos contextuais

O Projeto está localizado em uma região densamente urbanizada e em um dos maiores conglomerados urbanos do hemisfério sul. Como muitas regiões metropolitanas do mundo e da América Latina, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro enfrenta vários problemas

socioeconômicos, incluindo desigualdade social, alto desemprego, violência, infraestrutura deficiente e uma série de problemas ambientais relacionados à gestão de resíduos, inundações e ocupações irregulares.

A área em torno do HMSA sofre com altos índices de criminalidade, o que pode impactar tanto o acesso de pacientes quanto a segurança dos profissionais de saúde que trabalham na unidade. A violência urbana no entorno representa uma ameaça constante, especialmente considerando a natureza dos casos atendidos no hospital, que é referência em trauma e atendimento a vítimas de violência.

Por último, a infraestrutura do hospital, que já conta com mais de um século de existência, tem mostrado sinais de desgaste, com problemas recorrentes em sua manutenção, como infiltrações, falhas elétricas e hidráulicas, além de áreas que não atendem mais aos padrões modernos de segurança e conforto para pacientes e profissionais de saúde. O hospital também não dispõe de sistema central de climatização, o que impacta diretamente no conforto dos pacientes, em uma cidade reconhecida internacionalmente por suas elevadas temperaturas. Tais temas serão endereçados com a PPP alvo do presente financiamento.

4. Riscos e impactos ambientais e medidas de mitigação e compensação propostas

4.1 Avaliação e gestão de riscos e impactos socioambientais

4.1.a Sistema de avaliação e gestão ambiental e social

O Smart Hospital gerencia as questões ambientais, sociais e de saúde e segurança de suas operações com um enfoque no cumprimento das exigências legais e regulatórias brasileiras. A Empresa possui procedimentos que abrangem assuntos específicos relacionados a questões operacionais, de monitoramento e conformidade legal.

Apesar da Empresa contar com alguns dos elementos de um sistema de gestão ambiental e social ("SGAS"), ele ainda não se encontra consolidado e estruturado. Neste sentido, a Empresa desenvolverá e implementará um SGAS alinhado com as melhores práticas internacionais.

4.1.b Política

O Smart Hospital ainda não conta com uma política corporativa que contemple temas ambientais e sociais. Assim, como parte da implementação de seu SGAS, a Empresa elaborará e implementará uma política que aborde temas socioambientais, incluindo as declarações de missão, visão e valores. Além disso, O Smart Hospital dará publicidade externa à sua política de sustentabilidade, através do site da Empresa, atividades de engajamento com stakeholders internos e externos, e nos contratos com fornecedores e prestadores de serviço.

4.1.c Identificação de riscos e impactos

O Smart Hospital ainda não conta com uma matriz consolidada de riscos e impactos ambientais e sociais. Desta forma, no âmbito da implantação de seu SGAS, a Empresa desenvolverá uma Matriz de Riscos e Impactos Ambientais e Sociais.

4.1.c.i Riscos de gênero

No Estado do Rio de Janeiro, 53% da população residente são mulheres, e sua expectativa de vida é de 79 anos (em média 7 anos a mais do que os homens). Entre as mulheres com ocupação entre 25 e 49 anos, cerca de 68% possuem relação de trabalho formal. Em geral, as mulheres nesta categoria têm um rendimento por hora aproximadamente 12% menor do que os homens em relação de trabalho formal¹.

A cidade do Rio de Janeiro oferece uma série de serviços especializados para mulheres vítimas de violência no país. São diversas iniciativas públicas, incluindo centros de atendimento e casas de acolhimento, destinadas a apoiar mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

A maior parte da mão de obra contratada para as obras e para a operação do hospital será composta por trabalhadores locais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Dessa forma, não haverá necessidade de alojamento e sobrecarga em comunidades anfitriãs, ou risco de vetores externos de doenças.

O Smart Hospital pretende desenvolver políticas internas que reafirmam seu compromisso com valores pautados pela ética e equidade, a não discriminação e a não violência de gênero. Entretanto, considerando os dados observados na região e de forma a prevenir casos de violência de gênero nas comunidades onde atua, o Smart Hospital desenvolverá conteúdo educativo específico e realizará campanhas informativas internas para a força de trabalho alocada no Projeto.

4.1.c.ii Exposição às mudanças climáticas

O Projeto apresenta baixo risco físico e de transição quanto às mudanças climáticas. De qualquer forma, a edificação contará com certificação de edifício verde, estando previstos equipamentos que otimizam a eficiência na utilização de recursos, incluindo água e energia, tanto na etapa de obras quanto na etapa de operação.

4.1.d Programas de gestão

O HMSA conta atualmente com um Programa de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (“PGRSS”), que aborda de maneira integrada a gestão de resíduos hospitalares e comuns.

¹ Dados extraídos dos estudo *Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil – 3ª Edição*, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IBGE”) (ver https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066_informativo.pdf).

A Empresa também adota uma série de procedimentos para gerenciar questões relativas a recursos humanos (“RH”) e de Saúde e Segurança no Trabalho (“SST”), tais como o Programa de Gerenciamento de Riscos (“PGR”) e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (“PCMSO”). Os procedimentos e práticas de SST são detalhados no item relativo ao PD2 deste documento.

No âmbito da implementação do SGAS, o Smart Hospital desenvolverá e implementará os programas de gestão necessários para gerenciar os elementos identificados em suas matrizes de riscos e impactos.

4.1.e Capacidade e competência organizacionais

O Smart Hospital possui encarregados de Saúde, Segurança e Meio Ambiente (“SSMA”), sendo estes os responsáveis pelas questões ambientais e sociais, de saúde e segurança ocupacional e de gestão de qualidade.

A área tem prevista sua expansão ao longo do Projeto, com a expectativa de serem contratados, futuramente, especialistas nas áreas de recursos humanos, saúde e segurança e gestão de qualidade. Além disso, a Empresa conta com consultores e empresas contratadas que os assistem nos temas relacionados a licenciamento, segurança e saúde ocupacional e proteção contra incêndio.

A implementação do SGAS e eventuais novas certificações a serem obtidas demandarão um maior controle documental e de processos internos. Dessa maneira, o Smart Hospital irá reavaliar o seu quadro de funcionários de SSMA e, se necessário, irá ampliar a equipe para atender as demandas futuras.

4.1.f Preparação e resposta a emergências

O HMSA conta com um Plano de Preparação e Resposta a Emergências (“PAE”) o qual segue as normas estaduais relevantes sobre preparação para emergências e segurança contra incêndio e inclui os principais riscos prováveis. Entretanto, tal plano ainda não foi amplamente difundido para os colaboradores e não vem sendo realizados simulados de emergência.

O Projeto inclui disposições de segurança contra incêndio, abrangendo compartimentações contra incêndio, sistemas de alarme e detecção, meios de saída, bem como medidas de supressão e controle de incêndios.

Os planos de preparação e resposta a emergências da fase de construção serão integrados ao HMSA para implementação pelo empreiteiro, com supervisão da equipe de gerenciamento do Projeto.

Já para o hospital reformado, o Smart Hospital desenvolverá e implementará um plano de preparação e resposta a emergências atualizado, que incluirá uma análise detalhada de riscos² e um detalhe das ações de resposta para o controle de emergências, e abordará os seguintes aspectos:

² De cada área ou edifício do complexo (hospital principal, torre de enfermarias, serviço de emergência, ambulatórios, prédio anexo, estacionamento etc.), incluindo usos acessórios (por exemplo, restaurante e cozinha, laboratórios, auditório, escritórios).

(i) cenários de risco previsíveis (incêndio, agressão por indivíduos ou grupos, enchentes, distúrbios civis, condições climáticas adversas, emergências externas, entre outros); (ii) segurança dos pacientes (iii) métodos e equipamentos de evacuação; (iv) programa de treinamento em emergências para todos os funcionários, incluindo equipe médica, profissionais de saúde e segurança, brigadistas e socorristas; (v) mecanismos de coordenação com os primeiros socorros respondentes e outras partes externas; (vi) controles externos (tráfego, acessos, barreiras, etc.); (vii) formas de informar as comunidades afetadas durante emergências, alinhadas ao plano de engajamento de partes interessadas da instituição; e (viii) programa de simulação de incêndio a ser cumprido dentro do plano corporativo anual de segurança e treinamento em emergências. Para implementar o plano, o HMSA recrutará e destacará um oficial de segurança contra incêndios e uma equipe dedicada

4.1.g Monitoramento e análise

O Smart Hospital tem focado na implementação dos programas de monitoramento relacionados a temas de SST, de acordo com as exigências legais brasileiras. No entanto, no âmbito de seu SGAS, a Empresa elaborará e implementará procedimentos para monitorar e medir a eficácia do programa de gestão, bem como o cumprimento de quaisquer obrigações legais ou contratuais e requisitos reguladores. Para isto identificará um profissional responsável pelo monitoramento, um procedimento de auditoria interna, e um cronograma para revisão periódica do SGAS.

4.1.h Engajamento das partes interessadas

O Smart Hospital realiza ações de engajamento pontual com algumas partes interessadas locais, principalmente através de apoio a iniciativas sociais. Entretanto, a Empresa não conta ainda com um plano de engajamento de partes interessadas. Nesse sentido, a empresa irá estruturar tal plano, o qual deverá incluir: i) o mapeamento, análise e planejamento da participação dos atores sociais identificados; ii) um mecanismo de divulgação de informações, consulta e de comunicação com os atores sociais; e iii) um mecanismo de coleta e resolução de reclamações, o qual considere a possibilidade de registros anônimos.

4.1.i Comunicações externas e mecanismos de reclamações

O Smart Hospital está em processo de implementação de um mecanismo de reclamações, o qual contará com um espaço de comunicação para sugestões, reclamações e denúncias de violação e desvios das políticas e procedimentos da Empresa. Adicionalmente, a Empresa instalará caixas de sugestão ou “totens” de comunicação nos diferentes edifícios das unidades hospitalares e habilitará sua página eletrônica para capturar as queixas que possam surgir.

As opiniões recebidas nos canais serão analisadas pelo Comitê de Ética da Empresa de forma segura e anônima. Todos os stakeholders do Smart Hospital (colaboradores, fornecedores, clientes e sociedade) poderão utilizar os canais de comunicação disponíveis. Dentro do processo de implementação do SGAS, a Empresa estabelecerá um procedimento para avaliação periódica do sistema pela alta administração e pela equipe técnica, e dos resultados obtidos.

Além dos canais já elaborados e implementados, a Empresa divulgará, através de sua página web, relatórios periódicos sobre sua performance ambiental e social.

4.2 Condições de emprego e trabalho

4.2.a Condições de trabalho e gestão da relação com os trabalhadores

O Smart Hospital mantém uma força de trabalho de 417 colaboradores diretos, além de outros 400 colaboradores terceirizados alocados nas áreas de limpeza, alimentação, segurança patrimonial, entre outras. Cabe destacar que os médicos e enfermeiros (também denominados como “bata branca”) seguem vinculados à administração municipal e não fazem parte do quadro de colaboradores do Smart Hospital.

A Empresa conta com elementos de uma política de recursos humanos (“RH”), incluindo políticas de Desenvolvimento Pessoal, de Equidade de Gênero e Respeito à Diversidade, e de Auxílio à Mobilidade, entre outras. O Smart Hospital também desenvolveu um Código de Ética, que proíbe claramente qualquer forma de trabalho forçado, infantil ou compulsório, discriminação, ameaça, coerção, abuso ou assédio no ambiente de trabalho.

Os termos e condições de emprego estão claramente definidos nos contratos assinados pelo Smart Hospital com seus colaboradores e são consistentes com as disposições da legislação trabalhista brasileira. A Empresa oferece a seus colaboradores salários competitivos, todos os benefícios básicos garantidos pela lei brasileira, assim como benefícios adicionais (como acesso a seguro de saúde privado, seguro de vida, transporte e vale-refeição, entre outros), a fim de atrair e reter funcionários e melhorar seu desempenho.

Os direitos dos trabalhadores no Brasil, incluindo associação e formação de sindicatos, são salvaguardados pela Constituição do país e pela Consolidação das Leis do Trabalho (“CLT”), as quais estão alinhadas às diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (“OIT”). Segundo as leis trabalhistas brasileiras, todos os trabalhadores podem se associar a um sindicato, e os funcionários do Smart Hospital se beneficiam da existência de acordos de negociação coletiva em seu setor. A Empresa não restringe a associação ao sindicato, cumpre os termos dos acordos coletivos e respeita os direitos trabalhistas.

No entanto, o Smart Hospital consolidará uma Política de Recursos Humanos para o Projeto.

4.2.a.i Mecanismo de reclamação

O Smart Hospital conta com um canal de comunicação interno³ para que os colaboradores possam realizar qualquer reclamação frente às condições de trabalho e emprego. Conforme o seu Código de Ética, a Empresa garante o anonimato dada denúncia, e afirma que não haverá qualquer tipo de retaliação ao reclamante, em qualquer hipótese.

³ Correio eletrônico sac.chmsa@smarthospitals.net

No entanto, a Empresa instalará caixas de sugestão ou “totens” dispostas em diversas partes do complexo hospitalar, sendo que os canais de comunicação serão divulgados às partes interessadas internas por meio de murais, cartazes e e-mail. As manifestações recebidas por meio dos canais de denúncia serão registradas e sistematizadas em uma planilha ou sistema, e acompanhadas pelo Comitê de Ética da Empresa. Além disso, estabelecerá um procedimento específico que conterà, entre outros, os fluxos de recebimento de tratamento das manifestações recebidas, os prazos de encaminhamento e uma lista de responsáveis pela gestão da comunicação.

4.2.b Proteção da Mão-de-Obra

Os contratos firmados entre o Smart Hospital e os seus colaboradores, sejam eles próprios ou terceiros, observam a legislação trabalhista local e abrangem, entre outros aspectos, a duração da jornada de trabalho, os horários, as horas extras, os dias de descanso remunerado, a remuneração mínima, os benefícios, os abonos previstos em lei e os aspectos mínimos de saúde e segurança ocupacionais.

4.2.c Saúde e segurança ocupacionais

O Brasil possui um conjunto de normas detalhadas e prescritivas sobre saúde e segurança ocupacional (“SSO”), conhecidas como Normas Regulamentadoras (“NR”) que se aplicam às operações da Empresa, devem ser observadas continuamente, e compreendem: Programa de Gerenciamento de Riscos (“PGR”); Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (“SESMT”); Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (“CIPA”); Equipamentos de Proteção Individual (“EPI”); Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (“PCMSO”); e Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde (“SSTSS”), além de outras quando da execução de trabalhos específicos, como em instalações elétricas ou em altura.

Através do desenvolvimento dos PGRs, são definidos os exames médicos necessários para a contratação, avaliação periódica e saída de qualquer colaborador, os quais são definidos a depender da natureza e do perfil de risco da ocupação em questão (por meio do PCMSO).

Durante a etapa de reforma do complexo hospitalar, a força de trabalho receberá EPIs adequados, assim como treinamentos de SSO, incluindo diálogos diários de segurança. O Smart Hospital monitorará, manterá estatísticas e reportará qualquer acidente ou incidente significativo durante a fase de construção do Projeto. Além disso, a Smart Hospital desenvolverá e adotará um sistema de notificação e investigação de incidentes, abrangendo acidentes, quase acidentes e relatos de perigos e riscos, a fim de investigar as causas raiz e planejar e implementar medidas de prevenção e de mitigação.

O Smart Hospital também supervisionará a seus subcontratados para verificar que eles cumprem as Leis Trabalhistas e de Saúde e Segurança Ocupacional. Essa disposição será refletida no Plano de Gestão de Contratados, que também será desenvolvido pelo Cliente.

4.2.d Trabalhadores terceirizados

Aproximadamente metade dos colaboradores do Smart Hospital são terceirizados, atuando principalmente em serviços de limpeza e arrumação, segurança, estacionamento, refeitório e outros serviços. As empresas que fornecem trabalhadores terceirizados são examinadas pelo Departamento de Suprimentos para avaliar sua conformidade com as normas trabalhistas e de SST, verificar que os pagamentos de previdência social estejam feitos e examinar o histórico de processos trabalhistas, entre outros. Os requisitos padrão de SSMA estão incluídos nos contratos, e a Smart Hospital libera pagamentos com base em evidência de atendimento de tais requisitos.

O mecanismo interno de reclamações, a ser desenvolvido e implantado pela Empresa, também poderá ser utilizado por trabalhadores terceirizados. Da mesma maneira, os requisitos aplicáveis a trabalhadores terceirizados serão consolidados no Plano de Gestão de Contratados a ser desenvolvido e adotado pelo Smart Hospital.

4.3 Eficiência de Recursos e Prevenção da Poluição

4.3.a Eficiência de recursos

Faz parte da estratégia do Smart Hospital a melhoria da eficiência energética em suas operações. Desde que assumiu a operação do HMSA, a Empresa tem realizado a compra de energia elétrica no mercado livre e se concentrando em fontes renováveis.

A Smart Hospital tem implementado ações de conscientização e uso racional do recurso hídrico, incluindo investimentos em equipamentos com melhor eficiência, como chuveiros e torneiras com o uso de arejadores e redutores de pressão e vazão. Desde que assumiu a operação do HMSA, a Smart Hospital logrou uma redução no consumo de água de 21% em relação ao período anterior. A previsão a partir de março de 2025, com a instalação completa de todos os dispositivos, é atingir uma redução de 30%.

O HMSA contará ainda com a certificação EDGE⁴, devendo os edifícios aprimorarem os índices de eficiência na utilização de recursos quando comparada com hospitais similares, com destaque para redução no consumo hídrico e de energia, reduzindo conseqüentemente as emissões de carbono equivalente.

4.3.a.i Gases de efeito estufa

O Smart Hospital ainda não apurou suas emissões de Gases de Efeito Estufa (“GEE”). Entretanto, estima-se que as emissões diretas e indiretas da Empresa pelo consumo de combustível, geradores auxiliares a diesel e de eletricidade sejam inferiores a 25.000 toneladas de CO₂e/ano, não sendo assim considerada como uma emissora significativa de GEE. No entanto, o Smart Hospital realizará um inventário de emissões de GEE e desenvolverá um plano de redução o qual será implementado ao longo de operação do Projeto.

⁴ A certificação EDGE (*Excellence in Design for Greater Efficiencies*) é um sistema internacional de certificação de construções sustentáveis criado pela *International Finance Corporation* (“IFC”), do Grupo Banco Mundial. Seu objetivo é tornar edifícios mais eficientes em termos de consumo de energia, água e materiais.

4.3.b Prevenção da poluição

Os efluentes líquidos, principalmente os de saneamento e serviços de alimentação, são direcionados para a rede pública de coleta e tratamento de esgotos.

O HSMA possui um PGRSS de acordo com a legislação vigente⁵. Todos os resíduos gerados nas unidades de saúde são coletados, armazenados e descartados conforme previsto no plano, a depender de sua classificação. O PGRSS inclui procedimentos para a segregação e gerenciamento dos fluxos de resíduos dentro das unidades, assim como seu manuseio, coleta, armazenamento temporário e transporte e descarte adequado. Nas unidades de saúde são gerados basicamente três tipos de resíduos sólidos: (i) doméstico comum, provindos das áreas de atendimento, cozinhas, cafeterias e banheiros; ii) infectantes, os quais são coletados e armazenados de maneira segregada; e (iii) químicos, que também são coletados e armazenados de maneira segregada.

Todos os resíduos são acumulados em áreas de armazenamento temporário, antes de serem coletados por prestadores de serviços externos licenciados pelas autoridades ambientais competentes para seu transporte, tratamento e descarte. Resíduos comuns e orgânicos são descartados em aterros sanitários. Os resíduos químicos, infectantes e perfurantes são coletados, separados e incinerados por uma empresa licenciada. Os resíduos dos laboratórios biológicos também são separados e coletados por uma empresa certificada devido aos riscos patológicos associados.

4.4 Saúde e segurança da comunidade

4.4.a Saúde e segurança da comunidade

As instalações da Empresa são regulamentadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (“Anvisa”), que analisa e aprova projetos de engenharia hospitalar, emite licenças de operação e regularmente inspeciona as unidades de saúde quanto à conformidade com os requisitos de saúde e segurança vigentes.

Devido à antiguidade das instalações hospitalares a serem intervindas, estas não seguem, de modo geral, diretrizes básicas de acessibilidade. Por isso, no âmbito do Projeto, todos os edifícios serão modificados para contar com dispositivos básicos de acessibilidade, em atendimento aos requisitos legais brasileiros e boas práticas internacionais.

O HMSA cumprirá as regulamentações locais, bem como os requisitos das Diretrizes de Saúde, Segurança e Meio Ambiente do Grupo Banco Mundial (*EHS Guidelines*) referentes ao projeto e instalação de sistemas de segurança contra incêndio e proteção à vida no hospital renovado, utilizando um código internacional como referência para boas práticas internacionais do setor⁶. Neste sentido, todo o complexo, incluindo a parte renovada e as novas edificações (ambulatório, estacionamento, capela, etc.), será equipado com infraestrutura de segurança contra incêndio e proteção à vida (“L&FS”), adaptada às condições atuais e às limitações estruturais, mas garantindo

⁵ Resolução Nº 306 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (“ANVISA”) e Resolução CONAMA Nº 358/2005.

⁶ Como, por exemplo, as normas norte-americanas NFPA 101 e NFPA 99.

conformidade com a intenção das boas práticas internacionais e dos códigos de L&FS. Este equipamento incluirá o seguinte: i) um sistema de detecção e alarme de incêndio (ex.: detectores de fumaça, alto-falantes, sinalização visual, botões manuais de alarme); ii) infraestrutura de combate a incêndio (ex.: extintores, sistema de bombeamento de água, sprinklers automáticos, hidrantes com mangueiras e conexões para o Corpo de Bombeiros); iii) saídas de emergência e sinalização adequada; iv) escadas pressurizadas, elevadores de emergência e áreas de refúgio; v) compartimentação contra incêndio e fumaça, com portas corta-fogo e meios adequados de evacuação, iluminação de emergência e fonte de energia reserva; e vi) sistemas de gases medicinais.

Para garantir que o desenho final do Projeto contém todos os requerimentos aplicáveis de L&FS, a Empresa apresentará uma carta de endosso de um consultor especializado em L&FS. Da mesma maneira, após a conclusão física das obras de cada fase ou edifício do complexo hospitalar, e antes do início das operações, o HMSA apresentará uma certificação de um especialista em L&FS assegurando que os sistemas de L&FS foram instalados conforme o projeto e em conformidade com as *EHS Guidelines* para L&FS.

Além disso, no âmbito da implementação do SGAS, a Empresa atualizará seu processo de Operação e Manutenção (“O&M”), desenvolvendo Indicadores-chave de Desempenho (“KPIs”) específicos para L&FS. Esses KPIs também serão aplicáveis a todos os sistemas essenciais para a vida dos pacientes (ex.: geradores de energia reserva, sistemas de gases, baterias etc.).

Para qualquer modificação futura no hospital, a Empresa desenvolverá e implementará um procedimento formal de Gestão de Mudanças. Esse procedimento incluirá minimamente: i) uma avaliação completa e aprovação do conceito da mudança por todas as partes interessadas internas (ex.: médicos, gestores, equipe de O&M, segurança, etc.); ii) uma revisão detalhada por especialistas em L&FS para garantir conformidade das mudanças propostas com os requisitos de segurança necessários; e iii) protocolos para que o comissionamento final da obra, garantindo que todas as características do edifício permaneçam intactas após a reforma, incluindo sistemas de L&FS (compartimentação, sistemas de proteção contra incêndio, etc.), com verificação realizada por profissionais qualificados.

4.4.b Pessoal de segurança

O Smart Hospital não emprega segurança armada. A equipe de segurança é terceirizada e focada no controle de acesso e resposta a eventuais emergências. Devido aos riscos contextuais locais associados ao tratamento de vítimas de violência, o Smart Hospital implementará treinamentos de direitos humanos obrigatórios para a equipe de segurança terceirizada, visando garantir práticas de proteção alinhadas com a dignidade dos pacientes e a sensibilidade necessária para lidar com populações vulneráveis. Esta capacitação incluirá protocolos de não discriminação, abordagem humanizada e comunicação não violenta, integrando-se ao plano de emergência do hospital.

4.5 Aquisição de terra e reassentamento involuntário

O Projeto não gerará o deslocamento físico ou econômico involuntário. O local onde o HMSA opera corresponde a lotes adquiridos anteriormente para o feito.

4.6 Conservação da biodiversidade e gestão sustentável de recursos naturais vivos

Uma vez que o Projeto será implementado em terras urbanas fortemente intervindas por atividades humanas, não serão gerados impactos materiais na biodiversidade ou nos recursos naturais vivos. Além disso, o Projeto não envolverá habitats críticos ou áreas biologicamente ou ecologicamente sensíveis.

4.7 Povos indígenas

O Projeto não interceptará áreas ou territórios indígenas ou impactará diretamente povos indígenas.

4.8 Patrimônio Cultural

O HMSA abriga três bens tombados pela Prefeitura do Rio de Janeiro: (i) As estátuas Esculápio e Hígia, cópias da antiguidade; (ii) O painel interno de pedras; e (iii) o muro escultórico do Complexo Hospitalar, sendo estes dois últimos de autoria do paisagista Roberto Burle Marx.

Tais bens tombados são livres para a visitação pública e serão preservados e restaurados pela Smart Hospital, seguindo os ritos processuais definidos pela Secretaria Municipal de Cultura, de forma a assegurar que todas as intervenções estejam em conformidade com as regulamentações de preservação e sem qualquer impacto negativo ao patrimônio.

Neste sentido, a Smart Hospital deverá desenvolver e implementar um Plano de Gestão do Patrimônio Cultural, garantindo a preservação e restauração dos bens tombados. O plano deve incluir diretrizes para a manutenção dos jardins e paisagens históricas, a restauração de elementos arquitetônicos e a adoção de soluções compatíveis com o valor cultural do hospital. Tal plano deverá incluir ainda o treinamento das equipes envolvidas na reforma, para garantir que as intervenções sejam feitas com o devido cuidado e respeito ao patrimônio tombado, minimizando riscos de danos ou descaracterização.

5. Acesso local à documentação do projeto

A documentação relativa ao Projeto pode ser acessada na página <http://www.smarthospitals.net>.